Os orçamentos públicos, meras peças de ficção.

Sinais reveladores de como se costuma administrar os recursos da sociedade neste país, os orçamentos públicos transformam-se, ao longo do período no qual deveriam vigorar, em peças de ficção. São rigorosamente descumpridos. Os burocratas de Brasília devem estar dedicando nestes dias muitas horas de seu trabalho para recalcular o tamanho da diferença entre as receitas previstas para este ano e os gastos que já foram feitos ou que terão de ser cobertos até dezembro. É quase certo que esses burocratas estejam fazendo as contas só do lado das receitas, pois os gastos parecem intocáveis.

JORNAL DA TARDE

Por isso, não são nada animadoras as perspectivas. O Orçamento Geral da União, que previa receitas iguais às despesas, poderá apresentar uma diferença abissal entre uma e outra coluna: a receita total poderá ficar 20,5% abaixo das despesas. O governo pretendia obter uma receita adicional equivalente a 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) mediante o aperto da fiscalização, mas já abandonou a idéia. A Receita Federal, além disso, teme uma quebra expressiva na arrecadação prevista do Imposto de Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação. Para cada um desses tributos há uma explicação particular, cuja discussão não cabe neste editorial. De concreto, resulta que o orçamento superestimou a receita e, portanto, não poderá ser cumprido.

17 MAI 1989

Situação idêntica ocorre com o orçamento das empresas estatais. Montado pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais com a previsão de déficit zero em 1989, também esta peça orçamentária — como se diz no linguajar tecnoburocrático — está destinada a se transformar em peça de ficção. Diante daquilo que o senador Roberto Campos chama de "tenacidade do estatismo" — isto é, da resistência à privatização de empresas que, no final das contas, representam ônus para toda a sociedade por causa de seu mau desempenho —, não provoca qualquer surpresa a análise dos resultados dessas empresas.

Tome-se o caso do grupo Siderbrás, que controla empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Cosipa, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a Usiminas e a Açominas, entre outras. A Siderbrás, por meio de suas controladas, responde por 69% da produção de aço bruto no Brasil (essas empresas produziram 17 milhões de toneladas de aço bruto em 1988) e sua crise é do tamanho de sua capacidade instalada. Em outubro de 1987, anunciou-se que, com o plano de saneamento do sistema Siderbrás, que exigia expressivo aporte de recursos da União para a empresa **holding** da siderurgia estatal, seria possível recuperar rapidamente as usinas. Nada disso se fez. O aporte de capitais demorou, gerando um déficit agravado pela contenção dos preços, que, afirma a **holding**, sugou-lhe o equivalente a US\$ 750 milhões do faturamento daquele ano. Como consequência, no ano passado, a Siderbrás necessitou de recursos de US\$ 4,3 bilhões e, mais uma vez, recorreu ao Tesouro da União (além de ter realizado operações no mercado financeiro, com a colocação de debêntures).

O exercício de 1988 foi encerrado com prejuízo superior a US\$ 2 bilhões, particularmente por causa do mau desempenho da CSN e da Cosipa. A CSN tornou-se o emblema dessa crise do setor público, que ameaça arrastar consigo o restante da economia. Os conflitos na maior siderúrgica do país, provocados por questões sindicais, acabaram envolvendo toda a comunidade de Volta Redonda, cidade onde está instalada a usina, e transformaram-se num incidente político de repercussão nacional.

A cada dia, porém, surgem novos casos em que esse "virtual colapso das finanças públicas" — como define o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega — atinge a vida de todos nós. Agora, é a Previdência Social. A Previdência alega que consome 17,5% de sua receita com a folha de pagamento e com as despesas administrativas: são NCz\$ 4,2 bilhões anuais para um orçamento de NCz\$ 24 bilhões. É dinheiro que poderia ser utilizado no pagamento de aposentadorias, pensões e assistência médica, caso as despesas administrativas e com pessoal fossem cobertas por outra fonte. A fonte, nesse caso, é o Orçamento Geral da União, aquele mesmo já onerado pela quebra de receitas. O que se alega, em defesa do recurso ao orçamento da União, é que isso tem acontecido nos últimos trinta anos.

A briga pelos recursos da União ressurgiu por causa dos novos encargos impostos pela Constituição ao sistema previdenciário. A atualização dos valores de aposentadorias e pensões de acordo com a correção do salário mínimo já faz subir os gastos da Previdência. A nova lei de seguridade social, que deverá ser aprovada ainda este ano, contribuirá também para aumentar as despesas.

Em dezembro do ano passado, o governo criou a contribuição de 8% sobre os lucros das empresas para aumentar a arrecadação da Previdência, mas algumas empresas recorreram à Justiça e obtiveram vitória, ainda não definitiva. Se essa vitória for confirmada, a Previdência prevê um déficit potencial de 2,36% do Produto Interno Bruto (PIB), praticamente todo o déficit público (incluindo o orçamento da União, das estatais e da própria Previdência) prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A saída será o aumento das transferências do Tesouro para a Previdência — o que aumentaria o estouro do orçamento da União — ou a criação de novos tributos (ou a elevação dos já existentes). Num caso, o Estado transfere para a sociedade os efeitos de sua crise — desvalorizará o dinheiro de cada um como resultado da emissão que será obrigado a fazer para cobrir o déficit e produzirá maior confusão na economia. No outro caso, recolhe diretamente de cada trabalhador e de cada empresa uma parcela adicional de suas riquezas, para torrã-la na fogueira dos gastos públicos — de incansável voracidade. Nos dois casos, a nação será obrigada a acompanhar o desenrolar dessa peça de mau gosto chamada déficit público — que não é de ficção — como mero espectador.